



SABERES E EXISTÊNCIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS: EXPERIÊNCIAS DO PIBID INTERDISCIPLINAR DO CEST/UEA (BIOLOGIA, QUÍMICA, LETRAS E PEDAGOGIA)

Érika Protazio da Silva¹
Denilson Silva da Costa²
Elcilane Paulino de Araújo³
Romy Guimarães Cabral⁴

Resumo:

O artigo tem como temática os *saberes e a existência dos povos originários* e apresenta as experiências vivenciadas pelos bolsistas do subprojeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O trabalho descreve a aplicação de uma sequência didática interdisciplinar que integrou alfabetização, letramento e saberes dos povos originários, valorizando a cultura local e proporcionando uma aprendizagem significativa aos estudantes. As atividades desenvolvidas envolveram jogos educativos, produções artísticas e a apresentação de imagens, palavras e objetos relacionados à cultura indígena, promovendo maior envolvimento, participação e interesse por parte dos alunos. A experiência evidencia a importância de práticas pedagógicas voltadas à valorização dos conhecimentos indígenas, contribuindo para a formação cidadã dos estudantes e para a construção de um ensino mais contextualizado, próximo de suas realidades e fundamentado no respeito à diversidade cultural.

Palavras-chave: Sequência didática; Saberes ancestrais; Alfabetização e letramento.

¹ Graduanda em licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: eps.ped22@uea.edu.br

² Graduando em licenciatura em Química pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: dsdc.qui23@uea.edu.br

³ Supervisora do PIBID Interdisciplinar – Pedagogia, Química e Biologia. Professora especialista em Saberes e Práticas para a Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa e Matemática. Graduada em Pedagogia e Letras pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Professora efetiva da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (SEDUC-AM). E-mail: elcilane1980@gmail.com

⁴ Coordenadora do PIBID Interdisciplinar – Pedagogia, Química e Biologia. Professora doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFAM), mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM), especialista em Gestão em Etnodesenvolvimento pelo Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Museu Nacional, licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Educação (FACED/UFAM) e professora efetiva do colegiado do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST/UEA). E-mail: rcabral@uea.edu.br

1. Introdução

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) tem como tema *Práticas Multidisciplinares Pró-Educação Ambiental e Diversidade Cultural na Amazônia: exercício formador entre os componentes curriculares no Médio Solimões*. A proposta busca valorizar os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, que, muitas vezes, são invisibilizados, embora apresentem importantes contribuições para a compreensão da cultura, da relação com a natureza e dos modos de vida amazônicos. A partir desse contexto, foi elaborada e aplicada uma sequência didática interdisciplinar na Escola Estadual Eduardo Ribeiro, localizada no município de Tefé/AM, com uma turma do 2º ano do Ensino Fundamental.

O objetivo geral foi desenvolver uma sequência didática interdisciplinar que integrasse alfabetização, letramento e saberes indígenas, valorizando os conhecimentos ancestrais e a relação dos povos originários com a natureza. Como objetivos específicos, buscou-se promover práticas pedagógicas que articulassem os conteúdos escolares aos saberes indígenas, bem como refletir sobre a experiência de aplicação da sequência didática, composta por três aulas, analisando suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem.

A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, pois buscou compreender as experiências vivenciadas pelas crianças durante as aulas, observando suas formas de participação, interação e aprendizagem dos conteúdos escolares articulados aos conhecimentos indígenas.

O artigo descreve a sequência didática desenvolvida e analisa os resultados obtidos, evidenciando a importância de práticas escolares que respeitem e valorizem a cultura dos povos indígenas. O trabalho está organizado nos seguintes tópicos: Monocultura do Saber e o Desafio Amazônico; Educação Indígena: Legalidade e Diferenciação; O Saber Tradicional como Epistemologia da Sustentabilidade; O Professor como Mediador Cultural na Amazônia; Formação Cidadã no Médio Solimões; Procedimentos Metodológicos; Dados e Análise dos Resultados; e Considerações Finais.

2. Desenvolvimento

2.1 Monocultura do Saber e o Desafio Amazônico

Por meio da sequência didática aplicada na escola, foi possível perceber que a educação na região amazônica precisa reconhecer a grande diversidade cultural existente nesse território, composto por diferentes povos indígenas que preservam e compartilham seus saberes. Nesse sentido, a escola não pode limitar-se apenas ao ensino de conteúdos descontextualizados, desconsiderando a riqueza dos conhecimentos produzidos pelos povos que historicamente habitam essa região.

Quando o ensino se fecha para os diferentes conhecimentos regionais, pode tornar-se um instrumento de reprodução das desigualdades e da exclusão cultural, conforme defendem os teóricos críticos da educação. De acordo com Bergamaschi et al. (2012, p. 10):

Estudar a história e os modos de vida dos povos indígenas nos aproxima de aspectos importantes da nossa ancestralidade. Mas, igualmente, esses povos querem se mostrar na atualidade, querem dialogar com as sociedades não indígenas que os cercam e escolheram a escola nas aldeias para aprender o sistema de vida fora delas [...].

Portanto, um dos grandes desafios da educação básica atualmente, principalmente no Médio Solimões, região marcada por elevada diversidade cultural, é integrar os saberes e conhecimentos dos povos indígenas aos conteúdos escolares, demonstrando aos estudantes que o conhecimento não está presente apenas nos conteúdos sistematizados pela escola, mas também nos saberes, experiências e práticas culturais dos povos originários.

Ao integrar esses conhecimentos aos conteúdos escolares, o ensino torna-se mais significativo para os estudantes, permitindo que valorizem suas origens, reconheçam a diversidade cultural e estabeleçam relações entre os diferentes modos de produção do conhecimento. Conforme destacam Bergamaschi et al. (2012, p. 18):

As escolas são instrumento de transformações social, ampliando a capacidade de tolerância das futuras gerações e desfazendo preconceitos antigos arraigados nos mais velhos sobre os ‘selvagens’ e ‘primitivos’ americanos.

Dessa forma, a escola assume papel fundamental na desconstrução de preconceitos e na construção de uma educação comprometida com o respeito aos diferentes modos de vida e conhecimentos existentes na sociedade.

2.2 Educação Indígena: Legalidade e Diferenciação

A legislação educacional brasileira reconhece e garante o direito à educação escolar indígena, assegurando que essa modalidade de ensino seja diferenciada, bilíngue e intercultural. No contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o reconhecimento das especificidades dos povos indígenas exige adaptações curriculares e metodológicas que considerem suas realidades socioculturais.

Conforme estabelece a LDB nº 9.394/1996:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas... (BRASIL, LDB N.º 9.394/96, Art. 78, caput).

Além disso, a Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (BRASIL, 2012), reforça a necessidade de que os processos educativos considerem as especificidades socioculturais, históricas, linguísticas e territoriais de cada povo indígena. O documento destaca a importância de uma educação escolar diferenciada, intercultural e fundamentada no reconhecimento dos saberes, das identidades e das formas próprias de organização dos povos originários.

Embora direcionada especificamente à Educação Escolar Indígena, essa perspectiva também contribui para repensar as práticas pedagógicas nas escolas não indígenas, especialmente em contextos amazônicos marcados pela diversidade cultural. Nesse sentido, a legislação incentiva a construção de propostas educativas que promovam o respeito às diferenças, combatam preconceitos historicamente construídos e valorizem os conhecimentos ancestrais como parte constitutiva da formação cultural brasileira.

Dessa forma, tanto as práticas desenvolvidas pelos docentes quanto as ações realizadas pelo PIBID assumem papel fundamental na efetivação desses princípios, ao aproximarem universidade, escola e comunidade. Essas experiências possibilitam integrar

os conhecimentos tradicionais aos conteúdos escolares, promovendo uma educação mais contextualizada, intercultural e comprometida com a valorização da diversidade presente no território amazônico.

2.3 O Saber Tradicional como Epistemologia da Sustentabilidade (e o Ensino de Ciências)

É fundamental que os conteúdos escolares da Educação Básica e os conhecimentos produzidos pelos povos originários dialoguem e sejam trabalhados de forma integrada, reconhecendo que diferentes formas de saber contribuem para a compreensão da realidade. Nesse sentido, os saberes tradicionais podem ser compreendidos como conhecimentos construídos historicamente pelos povos indígenas a partir da observação, da experiência e da relação estabelecida com os territórios onde vivem, especialmente no que se refere ao manejo dos recursos naturais, à sustentabilidade e às formas de interação com a natureza.

Os conhecimentos dos povos amazônicos constituem importantes fontes de aprendizagem, pois foram desenvolvidos e aperfeiçoados ao longo de muitas gerações, expressando uma relação de respeito, equilíbrio e pertencimento ao ambiente. Esses saberes apresentam grande potencial para o Ensino de Ciências, pois possibilitam aproximar conteúdos escolares, como Química, Biologia e demais áreas das Ciências Naturais, das experiências vivenciadas pelos estudantes em seus contextos socioculturais.

Ao observar, por exemplo, o ciclo dos rios (cheias e secas), as técnicas tradicionais de pesca, o cultivo de alimentos, o uso de plantas medicinais e as formas de conservação da floresta, os estudantes conseguem perceber a presença de conhecimentos científicos nas práticas cotidianas das comunidades. Dessa maneira, o ensino deixa de apresentar a ciência como um conhecimento distante e passa a estabelecer relações entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes construídos historicamente pelos povos indígenas.

Essa perspectiva dialoga com Freire (1996), ao defender que o processo educativo deve considerar os conhecimentos que os estudantes trazem de suas experiências de vida, pois a aprendizagem torna-se mais significativa quando parte da realidade concreta dos sujeitos. Para o autor, ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, reconhecendo que esses conhecimentos constituem elementos fundamentais para a construção de novos

aprendizados. Assim, uma educação comprometida com a realidade amazônica precisa valorizar os conhecimentos locais e promover uma relação dialógica entre os diferentes modos de compreender o mundo.

Além disso, a valorização dos saberes tradicionais relaciona-se diretamente à perspectiva da educação ambiental crítica apresentada por Loureiro (2003), que compreende a educação ambiental como um processo voltado à formação cidadã, à reflexão sobre as relações entre sociedade e natureza e à construção de práticas coletivas de transformação. Nessa perspectiva, os conhecimentos indígenas contribuem para ampliar a compreensão dos estudantes sobre sustentabilidade, pois evidenciam formas de convivência com o ambiente baseadas no cuidado, na responsabilidade coletiva e no respeito aos ciclos naturais.

Entretanto, ainda existem muitas lacunas na abordagem dos conhecimentos indígenas nas escolas, favorecendo a permanência de visões equivocadas e estereotipadas sobre esses povos. Como afirma Bergamaschi (2008, p. 9):

Na escola, principalmente, predominam visões estereotipadas dos povos indígenas, oscilando entre a concepção romântica de um indígena puro, inserido na natureza, ingênuo e vítima e um índio bárbaro, selvagem e preguiçoso, empecilho para o progresso.

Diante disso, torna-se necessário superar representações simplificadas e reconhecer os povos indígenas como sujeitos históricos, produtores de conhecimentos e participantes ativos da sociedade contemporânea. A escola, ao integrar os saberes indígenas aos conteúdos científicos, contribui para uma educação intercultural, crítica e contextualizada, fortalecendo a identidade regional e formando estudantes capazes de compreender e atuar na defesa do ambiente em que vivem.

3. Procedimentos Metodológicos

As ações desenvolvidas para alcançar o principal objetivo de aproximar os conhecimentos ancestrais dos estudantes foram realizadas por meio da elaboração e aplicação de sequências didáticas, sob a supervisão da coordenadora de área, Profa. Dra. Romy Guimarães Cabral, e da supervisora da escola, Profa. Elcilane Paulino de Araújo. As

sequências didáticas foram aplicadas na Escola Estadual Eduardo Ribeiro, localizada no centro do município de Tefé/AM, no contexto do Subprojeto PIBID/UEA.

As atividades integraram conteúdos de diferentes componentes curriculares, articulando-os ao tema proposto durante a Semana dos Povos Indígenas e em outros momentos pedagógicos, com o objetivo de aproximar os conhecimentos dos povos originários da valorização cultural e das práticas sustentáveis presentes em seus modos de vida.

Para o desenvolvimento das ações, foram elaborados materiais didáticos que buscaram trabalhar a alfabetização e o letramento a partir de elementos presentes no cotidiano dos estudantes, relacionando palavras, conhecimentos, costumes e manifestações culturais dos povos originários. Esses materiais foram criados e desenvolvidos pelos próprios bolsistas do PIBID, utilizando estratégias lúdicas que possibilitaram aos alunos um contato significativo com os saberes indígenas, promovendo reflexões sobre a relação entre sociedade, cultura e meio ambiente.

Foram utilizadas diferentes estratégias metodológicas, como textos, rodas de conversa, debates, produções artísticas e jogos pedagógicos, que possibilitaram aos estudantes refletir sobre a importância da conservação ambiental, do respeito às diferenças culturais e da valorização dos conhecimentos tradicionais. Dessa forma, a sequência didática buscou promover uma aprendizagem contextualizada, interdisciplinar e significativa, aproximando os conteúdos escolares da realidade amazônica vivenciada pelos estudantes.

4. Dados e Análise dos Resultados

A aplicação das sequências didáticas possibilitou aos estudantes compreenderem, de forma mais ampla, as relações existentes entre meio ambiente, cultura e sociedade. Durante as atividades, observou-se maior participação dos alunos em propostas coletivas, debates, produções artísticas e jogos pedagógicos, como o jogo da memória indígena, a trilha das palavras indígenas, o bingo de palavras, o caderno de cores e saberes, entre outras atividades desenvolvidas ao longo das sequências didáticas.

**IX ENCONTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA:
DIVERSIDADE, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NO MÉDIO SOLIMÕES**

Essas práticas favoreceram não apenas a aprendizagem dos conteúdos trabalhados, mas também a construção de novas percepções acerca dos povos indígenas e ribeirinhos, possibilitando aos estudantes reconhecerem esses grupos como produtores de conhecimentos, culturas e modos próprios de compreender e se relacionar com a natureza. Essa perspectiva está em consonância com Bergamaschi et al. (2012), ao destacar a necessidade de superar representações estereotipadas sobre os povos indígenas presentes no ambiente escolar e promover práticas educativas que possibilitem conhecê-los em sua diversidade e contemporaneidade.

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas contribuíram para desconstruir visões reducionistas sobre os povos originários, evidenciando que seus saberes não pertencem apenas ao passado, mas permanecem presentes nas práticas culturais, nos modos de vida e nas relações estabelecidas com o território. Conforme Bergamaschi et al. (2012), conhecer os modos de vida dos povos indígenas possibilita compreender aspectos importantes da ancestralidade, ao mesmo tempo em que permite reconhecer esses povos como sujeitos históricos que participam e dialogam com a sociedade atual.

Além disso, as propostas realizadas demonstraram que a aprendizagem se torna mais significativa quando parte da realidade dos estudantes e estabelece relações entre os conhecimentos escolares e suas experiências socioculturais. Essa compreensão aproxima-se da perspectiva de Freire (1996), para quem o processo educativo deve valorizar os saberes construídos pelos sujeitos em suas vivências, pois ensinar exige respeito aos conhecimentos que os educandos trazem consigo. Dessa forma, as atividades lúdicas e contextualizadas possibilitaram uma prática pedagógica baseada no diálogo, na participação e na construção coletiva do conhecimento.

No campo da educação ambiental, as sequências didáticas contribuíram para ampliar a compreensão dos estudantes sobre a importância da preservação dos recursos naturais e sobre as diferentes formas de relação entre sociedade e ambiente. As discussões envolvendo os cuidados com a floresta, os rios e os conhecimentos tradicionais evidenciaram que a sustentabilidade não está restrita aos conteúdos científicos, mas também envolve dimensões culturais, sociais e éticas. Nessa perspectiva, Loureiro (2003) destaca que a educação ambiental deve promover uma formação crítica, capaz de estimular a participação dos sujeitos na transformação da realidade e na construção de relações mais

equilibradas entre humanidade e natureza.

As atividades também contribuíram para o desenvolvimento da alfabetização e do letramento, uma vez que envolveram leitura, escrita, interpretação, oralidade e produção de conhecimentos a partir de temas próximos ao cotidiano dos estudantes. O trabalho com palavras de origem indígena, textos, imagens e jogos possibilitou integrar diferentes áreas do conhecimento, favorecendo uma aprendizagem interdisciplinar e contextualizada.

Dessa maneira, os resultados evidenciaram que o diálogo entre os conhecimentos escolares e os saberes tradicionais pode fortalecer uma educação intercultural, conforme defendem as DCNEEI (BRASIL, 2012), ao reconhecerem a importância de práticas pedagógicas que valorizem as especificidades socioculturais dos povos indígenas. Assim, a experiência desenvolvida pelo PIBID demonstrou que metodologias participativas e contextualizadas podem contribuir para a formação de estudantes mais conscientes, críticos e respeitosos diante da diversidade cultural amazônica.

5. Considerações Finais

O projeto *Práticas Multidisciplinares Pró-Educação Ambiental e Diversidade Cultural na Amazônia: exercício formador entre os componentes curriculares no Médio Solimões* possibilitou integrar saberes científicos e conhecimentos tradicionais, utilizando a Semana dos Povos Indígenas e outros momentos pedagógicos como oportunidades para valorizar a cultura local.

Por meio das sequências didáticas e das atividades lúdicas desenvolvidas, os estudantes ampliaram sua compreensão sobre as relações entre meio ambiente, cultura e sociedade, reconhecendo a importância dos conhecimentos presentes no cotidiano amazônico e a contribuição dos povos originários para a construção da identidade brasileira.

A experiência evidenciou que ainda é necessário ampliar os incentivos para que os saberes indígenas sejam trabalhados de forma contínua no ambiente escolar, evitando que conhecimentos tão importantes, construídos historicamente pelos povos originários, sejam esquecidos ou abordados apenas de maneira superficial. Esses saberes fazem parte da história do Amazonas e de todo o território brasileiro, constituindo elementos fundamentais

para uma educação voltada ao respeito, à diversidade cultural e à sustentabilidade.

Assim sendo, o desenvolvimento das atividades reafirma a importância de práticas pedagógicas interculturais, capazes de aproximar a escola da realidade dos estudantes e promover uma formação cidadã baseada no reconhecimento, na valorização e no respeito aos diferentes modos de vida existentes na sociedade.

Referências

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DALLA ZEN, Maria Isabel Habckost; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Org.). **Povos indígenas e educação**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (Org.). **Cidadania e meio ambiente**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003. (Construindo os Recursos do Amanhã; v. 1).